

Reflexões sobre o Desenvolvimento Regional no Litoral Norte Gaúcho: o que a Praia Esconde?¹

Gabriel Vianna

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Anelise Graciele Rambo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1. Introdução

Este trabalho propõe apresentar uma caracterização do território rural Litoral RS, com o objetivo de enfatizar sua história, suas características sócio-econômicas, de modo a evidenciar elementos, não raro, pouco reconhecidos frente a uma identidade regional associada ao turismo litorâneo de veraneio. A região recentemente foi incorporada ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), programa este, criado devido ao reconhecimento de que as políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural encontravam dificuldades para atender às especificidades e diferenças culturais dos diversos segmentos e povos existentes no País.

Sendo assim, entende-se que há no Litoral Norte Gaúcho, um público alvo, competente a esta política, ofuscado pela principal atividade econômica regional, qual seja, o turismo litorâneo de veraneio. Ao dar destaque ao “invisível” do Litoral Norte, pretendemos chamar atenção para a importância do fortalecimento dos laços fracos na promoção do desenvolvimento regional do Litoral Norte a partir da implementação do Colegiado Territorial.

Para atender a estes objetivos, o presente trabalho encontra-se estruturado em sete seções, incluindo esta introdução e as referências. Na segunda seção é apresentado um histórico do Litoral Norte Gaúcho. Na sequência, aborda-se características do território rural Litoral RS, de modo a destacar um pouco de sua diversidade social e econômica. Na sequência é abordado o Pronat, sua estrutura e finalidade. Em seguida, é apresentada a abordagem dos laços fracos, de modo a enfatizar o papel destes no desenvolvimento regional. Por fim, aponta-se as considerações finais, enfatizado a diversidade do Litoral RS, os avanços e desafios da política territorial brasileira.

2 A trajetória do Litoral Norte Gaúcho: do pioneirismo das rotas de comércio às rotas de turismo de veraneio.

A costa sul do litoral brasileiro passou a ser ocupada de forma tardia. Os portugueses apenas avançaram no território em meados do século XVI e durante o século XVII. Essa ocupação se deu com o apoio militar e com o intuito de fortalecer e expandir as fronteiras, visando por isso, a criação de novas rotas de comércio com outras regiões. Com a referida ocupação, a Coroa portuguesa ultrapassou, ao sul, a linha do Tratado de Tordesilhas. Esse avanço foi importante para o domínio e controle de um trajeto de carreteiros e viajantes no atual território do Rio Grande do Sul.

O avanço territorial tinha como um dos objetivos centrais, encontrar ouro e prata. Entretanto, os portugueses não obtiveram sucesso. Seu maior êxito se deu em firmar a rota litorânea que ligava o Sacramento (atual Uruguai) ao centro do Brasil, firmando contatos de comércio em outras localidades (AGUIAR, 2007).

Contribuiu para o fortalecimento da rota litorânea, a criação das prelaçõesⁱⁱ e das sesmarias. Em 1575, o Papa Gregório XIII, criou a Prelazia de São Sebastião, a qual iniciava no Rio de Janeiro e se estendia até o Rio da Prata (EVANGELISTA, 2014). A Prelazia permitiu que jesuítas portugueses obtivessem o primeiro contato bem-sucedido com indígenas do atual território gaúcho. Esse contato e avanço no território litorâneo permitiram aperfeiçoar as buscas por recursos naturais de valor. Conforme avançavam, os portugueses fundavam povoados e vilas ao longo da rota. Esta servia principalmente ao transporte do couro e charque, mas também como apoio à atividade contrabandista. Os principais produtos contrabandeados foram o ouro e a prata. Posteriormente, houve o tráfico de escravos indígenas e negros. Quanto às sesmarias, é importante destacar que a primeira sesmaria do Rio Grande do Sul situava-se nas proximidades de Tramandaí, doada pela Coroa em 1726, surgindo a partir daí as primeiras estâncias de apreensão e criação de gado (AGUIAR, 2008).

A rota litorânea, a única existente na região Sul, apresentava movimento intenso desde sua constituição. Por ela passavam tropeiros, carreteiros, viajantes. Assim, o comércio entre Laguna e Sacramento passou a apresentar um relativo incremento no século XVIII. Isso fez com que Portugal instalasse pontos para cobrança de impostos no caminho litorâneo. Esses postos ficavam situados nas travessias dos rios Tramandaí e Mampituba (AGUIAR, 2007).

Na segunda metade do século XVIII, com o início da imigração açoriana, houve na região um fortalecimento da atividade de subsistência e também na economia local. Até aquele momento, a economia não ia muito além da criação de gado para comercialização da carne e do couro. Os açorianos fundaram novos povoados e, além de fortalecer a produção de trigo no estado, passaram a diversificar a produção de alimentos para a população litorânea.

Isso gerou maior dinamicidade da economia local, deixando de ser um espaço apenas de passagem ou ligação dos pontos extremos da rota.

No final do referido século, a faixa do Litoral Norte Gaúcho perdeu a força que possuía, uma vez que a rota denominada Caminho dos Conventos passou a ser usada prioritariamente. Esta se iniciava em Viamão e teve como finalidade, transportar o charque e outros produtos até Sorocaba, por um trajeto que passava pelas serras gaúchas e o planalto catarinense. Embora a rota litorânea não tenha sido desativada, aos poucos as dificuldades de sobrevivência na região foram aumentando e se consolidando devido ao enfraquecimento dessa rota de comércio.

Em 1824, a porção norte do estado começa a ser ocupada por imigrantes alemães, fundando as colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara, situadas próximas a Torres. Essas colônias propiciaram o comércio com as regiões de Cima da Serra e Vacaria (AGUIAR, 2008). A imigração alemã seguiu até 1830, quando ficou severamente reduzida pela Lei de Orçamento que não autorizava mais despesas com imigração (NONNENMACHER, 2000).

Com o avanço dos anos e das dificuldades de transporte em relação a centros maiores, as colônias antes prósperas passam a entrar em declínio. Desse modo, conforme Aguiar (2007), a região conservaria apenas a tradição agrícola, com a marca da pequena propriedade como principal característica. Assim, o litoral passou a apresentar um processo de declínio econômico e redução populacional, o que fez com que a região se tornasse cada vez menos dinâmica.

Para além disso, na primeira metade do século XIX, o tráfico negreiro seguia desembarcando escravos em Tramandaí. O vazio demográfico, que caracterizava a região, facilitava esse tráfico. A existência de conflitos e fazendas em outros pontos do Rio Grande do Sul continuava demandando mão-de-obra escrava. Por isso, o Litoral Norte tornou-se um território propício a prática.

No início do século XX a faixa norte do litoral gaúcho seguia com agricultura em pequena escala como principal atividade econômica da região. Com a criação das ferrovias, as relações de comércio com outros centros tomou nova força. A partir desse momento, há maiores possibilidades de venda de excedentes sem a necessidade do transporte demorado através de terra por carretas ou por água.

Próximo à virada do século, o Litoral começa a ser procurado para fins recreativos e medicinais. A população dos municípios mais ao centro do estado passa a procurar os balneários, que começavam a ser fundados na primeira metade do século XIX, dando início a

cultura de veraneio. “Após quase 300 anos, essa porção do território sul rio-grandense terá outro destino na formação espacial gaúcha” (AGUIAR, 2008, p. 53).

Por volta da década de 1920 e 1930 o tráfego mútuo – uma interligação de diferentes malhas ferroviárias– passou a ligar as regiões de Porto Alegre às praias. Esse transporte propiciou a criação de outras vias auxiliares que ligavam praias como Tramandaí, Cidreira e Torres.

Já nos anos de 1940 e 1950, a busca por fins recreativos se intensifica com a utilização de automóveis para acessar a região. Porém, o Litoral Norte Gaúcho era considerado uma região atrasada em relação as outras do estado, uma vez que apresentava atividades econômicas estagnadas.

Estudos acerca dos problemas em torno do desenvolvimento da região começam a ser realizados no fim dos anos 1950 e nos primeiros anos da década de 1960. Visando fomentar o desenvolvimento socioeconômico do litoral, o presidente Leonel Brizola funda a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral (Codel) (AGUIAR, 2008).

A Codel, no litoral gaúcho, tinha como objetivo estruturar a navegação entre Porto Alegre e o mar, portanto, uma conexão com o litoral norte, assim como estudar os problemas agrícolas e hidrológicos da região. O primeiro estudo abrangeu toda a faixa litorânea do estado.

As recomendações, feitas por esse estudo, para o Litoral Norte, apontaram a necessidade de se ter um porto marítimo na região, facilitando a criação de indústrias básicas. Isso estimularia o crescimento habitacional, e deveria então dar mais valor ao caráter turístico local. Para que essas medidas pudessem ser postas em prática, o estudo apontou diversas mudanças acerca de melhorias na infraestrutura local. Nesse período – a segunda metade do século XX – o litoral norte passou a apresentar um desenvolvimento mais significativo das atividades urbanas.

A criação de vias como a BR-101, e outras durante os anos de 1970, a exemplo da RS-030 e RS-040, possibilitou uma maior conexão com a capital e outras regiões ao litoral. Essas novas faixas permitiram um acesso mais rápido aos balneários. Com a nova faixa que ligava Porto Alegre à Osório, a BR-290, conhecida como freeway, fez com que não se levasse mais de duas horas para chegar aos balneários mais próximos da região metropolitana (AGUIAR, 2006).

Já na década de 1980, a economia local era dominada por pequenas propriedades, com diversidade de produção agrícola. Segundo Perez (1980, apud AGUIAR, 2006, p.73) há um destaque para a produção de cana-de-açúcar que era a maior do estado. Nessa fase, o inchaço

populacional na época de veraneio já se mostrava enquanto um problema. Durante o verão, a dinâmica dos balneários mudava e suas atividades econômicas e sociais se tornavam mais diversificadas.

A busca pela região, na época de veraneio, incentivou a criação de condomínios e loteamentos para a construção de segundas casas (casas de temporada) e empreendimentos locais. A construção imobiliária é uma característica muito presente atualmente no Litoral Norte. A demanda por condomínios começou a se tornar evidente na década de 1990, principalmente em municípios como Capão da Canoa, Tramandaí e Xangri-lá (AGUIAR, 2006; 2007; 2008).

O fortalecimento da infraestrutura, propiciada pelos avanços na criação de vias que ligavam o litoral a outras regiões, possibilitou a instalação de sistemas de comunicação mais avançadas, como a instalação do sistema de DDD e de telefonia ao longo do início da década de 1990. Nesse período, houve avanços ligados ao bem estar dos moradores dos visitantes esporádicos do verão. As torres de sinais, instaladas na década citada, facilitaram o contato virtual do litoral com o resto do mundo, seja por emissoras de televisão ou por telefone. Os acréscimos imobiliários e de informação propiciaram mais conforto à população residente dos municípios e aos moradores de verão (AGUIAR, 2006; 2007; 2008).

Na mesma época, paralelo ao processo de busca pela modernização, algumas comunidades passaram a reivindicar sua emancipação. A autonomia buscada por essas comunidades era entendida enquanto possibilidade de desenvolvimento o que gerava furor na população local, incentivando ainda mais as emancipações. Alguns desses municípios foram Capão da Canoa e Palmares do Sul em 1982, Xangri-lá em 1992, Balneário Pinhal em 1995, o último a se emancipar foi o município de Itati em 1996 (AGUIAR, 2006; 2007; 2008).

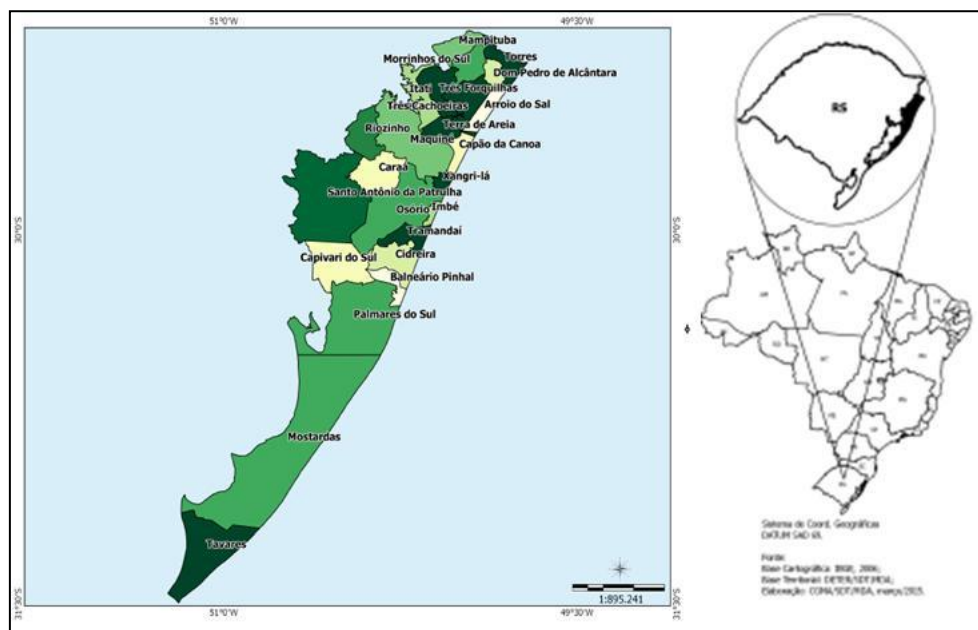
A atividade agrícola das pequenas produções passa a dar lugar a atividades voltadas ao setor de serviços, em especial o comércio, e também à indústria. Essa característica de enfraquecimento do rural se dá no decorrer da entrada dos anos 2000 quando se vê uma diminuição no Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário (AGUIAR, 2006; 2007; 2008).

Apesar da redução da relevância do setor na faixa litorânea, alguns municípios, como por exemplo, Três Cachoeiras e Três forquilhas, se mantinham como fornecedores de hortigranjeiros para a região metropolitana. A variação econômica ao longo dos anos de 1990 e 2000 aponta características marcantes de grupos diferenciados dos municípios do Litoral Norte. Alguns desses lugares possuíam um marcante caráter agrícola, assim como outra metade era marcada pelo setor de serviços, a exemplo dos balneários.

Com base em dados de valores dos setores, nota-se a redução da influência agropecuária na maioria dos municípios. Um dos exemplos é o caso de Mostardas, que no ano 2000 o setor representava 61,4% da economia local, já em 2010 esse poder econômico foi reduzido a 47%.

3 O Litoral Norte Gaúcho e suas características sócio-econômicas atuais

Para caracterizar o Litoral Norte Gaúcho, nos valeremos do recorte espacial definido pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). Portanto, trataremos a partir deste momento do território rural Litoral RS, criado em 2013, formado por 24 municípios, tal como aponta o mapa a seguir:



Mapa 01: Municípios que compõem o território rural Litoral RS

Fonte: Brasil, 2015.

Ao analisarmos os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, quanto à população do território Litoral RS, podemos verificar que o seu crescimento, em quase todos os seus municípios, é positivo conforme apresenta o gráfico a seguir:

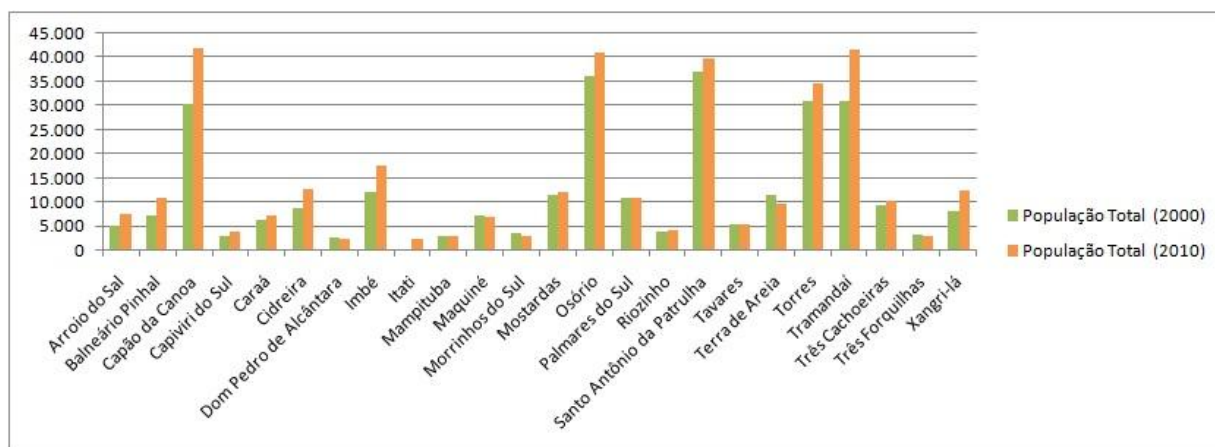


Gráfico 01: População total dos municípios que compõem o território rural Litoral RS
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

No entanto, ao longo dos 10 anos, a população total diminuiu nos municípios de Terra de Areia (13,8%), Morrinhos do Sul (10,1%), Três Forquilhas (9,9%), Maquiné (5,5%), Mampituba (3,2%) e Dom Pedro de Alcântara (3,2%). Opostamente, os demais municípios, apresentaram um crescimento populacional positivo, destacando-se Xangri-lá (52%), Arroio do Sal (47%), Balneário Pinhal (46%) e Cidreira (43%). Com um percentual menor, mas ainda significativo, podemos citar Capão da Canoa e Tramandaí com 38% e 34% respectivamente.

A população total da região cresceu 15% ao longo dos 10 anos analisados. Já o crescimento da população estadual, no mesmo período, foi de apenas 5%. Nesse sentido, vale mencionar a Nota Técnica publicada pela Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica (GEADD) do IBGE, sobre estimativas da população dos municípios brasileiros. A Nota aponta que o crescimento populacional é maior nos municípios cuja população gira entre 100.000 e 500.000 habitantes (as chamadas cidades médias). Estes municípios demonstraram um crescimento médio de 1,12% entre 2013/2014. Os municípios de até 50.000 habitantes mostram um crescimento populacional de 0,53% no mesmo período. Já o Litoral RS, cujo município mais populoso apresenta 42.040 habitantes (Torres) entre os anos de 2000 e 2010, apresentou um crescimento populacional médio de 1,5% ao ano. Embora os dados não sejam diretamente comparáveis, pois se referem a períodos distintos, chama atenção o quão dinâmica se mostra a população do território.

Ademais, ao analisarmos dados acerca da população residente, já é possível verificar uma característica rural marcante. Em 2010, o território apresentava uma população de 345.449 habitantes, sendo 20% rural, o que equivale a 56.915 habitantes. Já no Brasil, a população rural equivalia a 19% e no Rio Grande do Sul, a 18%. Há de se destacar a presença de municípios cuja maior parte da população é rural. Assim sendo, podemos mencionar os

municípios de Dom Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, Caará, Mampituba e Maquiné, respectivamente com 92%, 87%, 86%, 81% e 70% da população residindo no espaço rural.

Ainda acerca da população, a pirâmide etária também aponta características interessantes, como podemos visualizar a seguir:

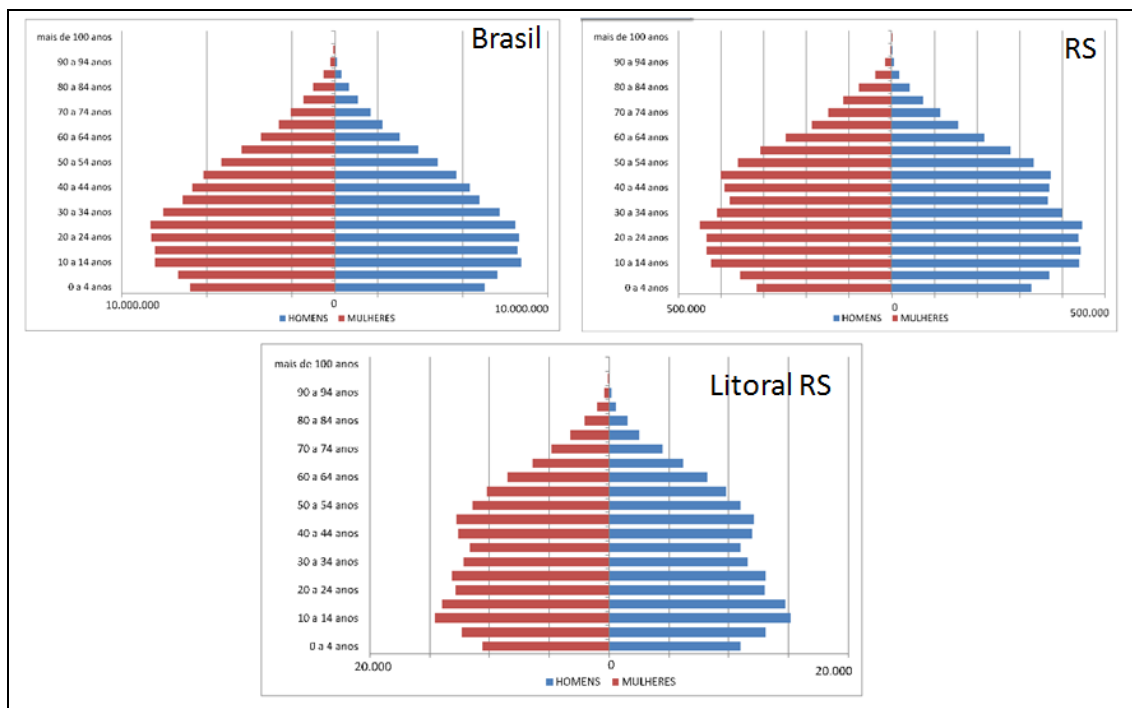


Figura 01: Pirâmides etárias do Brasil, Rio Grande do Sul e território rural Litoral RS
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Podemos verificar que a pirâmide etária do território rural Litoral RS mostra-se mais alargada em direção ao topo se comparada a do Rio Grande do Sul e, sobretudo, ao Brasil. Isso denota a presença mais acentuada de uma população acima dos 54 anos. Embora demande pesquisas mais aprofundadas, a *priori*, podemos afirmar que parte desta população, se refere a famílias provenientes da região metropolitana, que procuram no Litoral Norte uma vida menos agitada e com maior qualidade de vida. Observando empiricamente, muitas destas famílias são formadas por aposentados.

No que se refere ao Valor Adicionado por setor de atividade econômica do ano de 2010, também podemos apontar duas peculiaridades em relação aos dados estaduais e nacionais. Uma se refere à participação dos serviços. No território, esta participação alcança 74%, enquanto que ao nível estadual representa 63% e nacional 65%. Portanto, o setor de serviços no Litoral RS, muito associado ao turismo litorâneo de veraneio, contribui mais para o Produto Interno Bruto (PIB) da região do que a contribuição do setor ao nível estadual e nacional (IBGE Cidades, 2015).

O setor agropecuário, embora tenha a menor participação nas três escalas, é mais acentuado no Litoral RS. Enquanto que nessa região representa 10% do PIB, no estado corresponde a 7,1% e ao nível nacional, a apenas 5,7%, como pode ser observado a seguir:

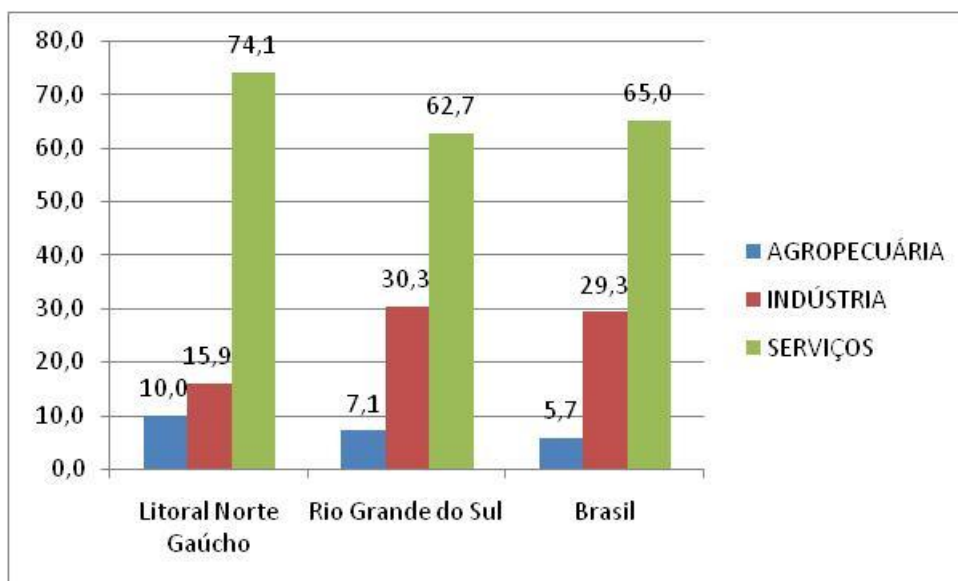


Gráfico 02: Valor adicionado por setor de atividade econômica no território rural Litoral RS
Fonte: IBGE, 2015.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) podemos observar que o mesmo está abaixo das médias nacional e estadual. Enquanto o estado apresenta um IDH de 0,746 e o Brasil de 0,727, o Litoral RS alcança apenas 0,706 no ano de 2010. O IDH municipal (IDH-M) mais baixo corresponde ao do município de Mampituba (0,649) e o mais elevado o de Capivari do Sul (0,766).

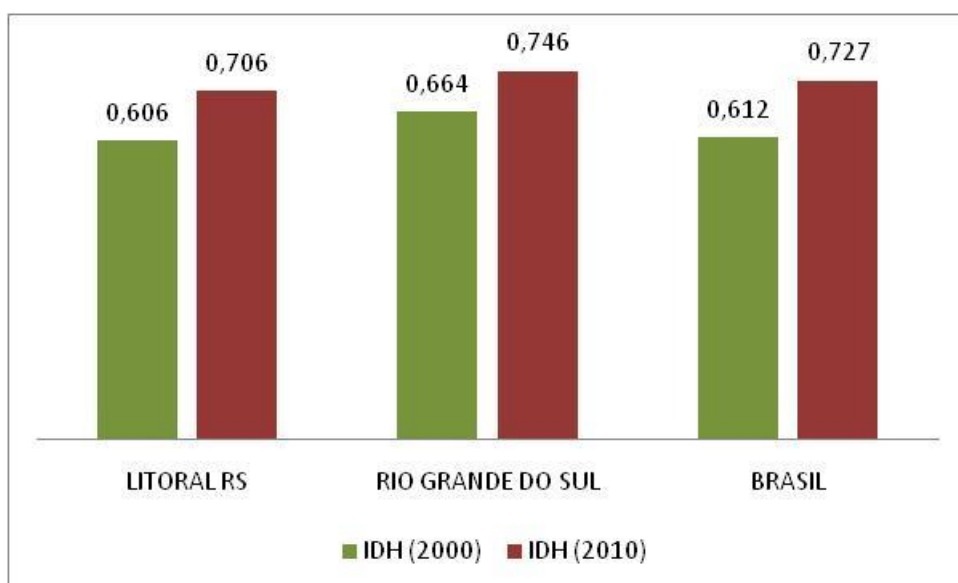


Gráfico 03: IDH do Litoral RS, Rio Grande do Sul e Brasil – 2000 e 2010.
Fonte: IBGE, 2015.

Já quanto ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), podemos verificar que, dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), o Litoral Norteⁱⁱⁱ está entre os oito com pior Índice. Este, no ano de 2012, girava em torno de 0,698, enquanto que o Corede Serra, com melhor índice, apresentava 0,812. Tanto o Idese, quanto o IDH apontam para uma situação que justifica a presença da política territorial na região em questão, tal como será apontado na seção seguinte.

Os dados acima apresentados buscam dar visibilidade a características sócio-econômicas que nem sempre são evidentes quando tratamos do Litoral Norte Gaúcho. Uma região movida economicamente pelo turismo litorâneo de veraneio, mas que socialmente (e ambientalmente, embora não seja tratado aqui) apresenta uma realidade muito mais diversa. Tem-se, por exemplo, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, 12.811 estabelecimentos de agricultura familiar, 26.625 pessoas ocupadas na agricultura familiar, dois assentamentos de reforma agrária ocupando uma área de 1.424.00ha. Além disso, o Litoral RS possui 16.152 famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família em 2015. (BRASIL, 2015).

É importante citar ainda que no Litoral RS há diferentes populações tradicionais. Povos que há muito ali vivem e hoje, muitos deles, lutam pela titularidade da terra. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), sete das 48 terras indígenas do estado se encontram no território Litoral RS. Estas localizam-se nos municípios de Torres, Palmares do Sul, Osório, Maquiné, Riozinho, Caraá e Capivari do Sul. As características culturais e sistemas de produção dessas comunidades ajudam a dinamizar e expandir a variedade cultural e produtiva do território seja por suas características singulares ou por sua potencial influencia nas trocas de experiências.

Outra comunidade tradicional se refere a quilombola. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as comunidades quilombolas são grupos étnicos que se autodefinem a partir de suas relações com a terra, de parentesco ou características culturais ligadas a sua ancestralidade. Os quilombolas são constituídos pela população negra remanescente dos quilombos. No Litoral RS há grande manifestação desses grupos. Segundo o Incra muitas dessas terras ainda estão submetidas ao processo para titulação dessas terras. Outras, como o caso de Casca em Mostardas, em 2010, receberam a titulação comunitária da terra. Essa titulação é importante para a sustentação da identidade nos quilombos e para facilitar o acesso a recursos públicos essenciais para esses grupos. Existem hoje 1.529 processos abertos em todas as superintendências regionais.

Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a região do Litoral Norte Gaúcho possui uma significativa concentração de quilombos rurais do estado do Rio Grande do Sul. Tal característica se deve a região ter sido a primeira faixa ocupada pelos portugueses no estado, assim como o desembarque de escravos pelo tráfico negreiro que se dava no território. No litoral se situam comunidades como as de Casca, Teixeira, Olho D'Água, Capororocas e outras. Segundo dados encontrados no Incra, foram expedidos 11 certidões às comunidades remanescentes de quilombos, conforme tabela a seguir:

CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) ATUALIZADA ATÉ A PORTARIA Nº- 84, DE 8 DE JUNHO DE 2015			
MUNICÍPIOS	COMUNIDADE	ID QUILOMBOLA	DATA D.O.U.* FCP
Capivari do Sul	Costa da Lagoa	2.099	13/12/2006
Maquiné/Osório	Morro Alto	27	04/06/2004
Mostardas	Casca	30	04/06/2004
Mostardas	Colodianos	2.109	19/08/2005
Mostardas	Teixeira	1.000	13/05/2008
Palmares do Sul	Limoeiro	28	13/12/2006
Tavares	Anastácia Machado	2.132	27/12/2010
Tavares	Capororocas	2.133	28/12/2010
Tavares	Vó Marinha	2.134	24/03/2010
Três Forquilhas	Famílias de Três Forquilhas	2.135	05/05/2009
Praia Grande (SC)/Mampituba	São Roque	33	10/12/2014

Tabela 01: Comunidades Quilombolas no Litoral RS
Fonte: Incra e Diário Oficial da União.

Essa diversidade fez com que fosse criado, no âmbito do Pronat, um território rural, cuja política vem apresentada a seguir:

4 Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat): um mecanismo de desenvolvimento para o Litoral?

A perspectiva territorial de desenvolvimento rural passa a fazer parte das políticas públicas brasileiras a partir do Pronat, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Seu objetivo consiste em promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural. O Programa pretende promover e apoiar: (1) o fortalecimento das redes sociais de cooperação dos territórios rurais; (2) o planejamento e o fortalecimento da gestão social dos territórios; (3) iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais; (4) a articulação de políticas públicas, com vistas à redução das desigualdades sociais e regionais e a geração de riquezas com equidade social (BRASIL, 2004).

A perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável proposta envolve uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção.

Desta forma propõe-se desenvolver soluções que contemplem combinações entre as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, sócio-cultural, político-institucional e ambiental (BRASIL, 2004).

Na perspectiva do Pronat, território rural seria aquele espaço onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam a predominância de elementos rurais. Estes elementos se referem a um ambiente natural pouco modificado ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris, baixa densidade demográfica, uma base econômica primária e seus encadeamentos secundários e terciários, presença de hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (BRASIL, 2003). A esta perspectiva está subjacente a ideia de territórios de identidade, ou seja, um território enquanto espaço físico construído historicamente e, por conseguinte, portador de uma identidade, baseada em alguma especificidade, seja cultural, econômica ou ambiental (ECHEVERRI, 2010).

A seleção dos territórios rurais para ações do Pronat tem por base as microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 hab/km² e população média por município de até 50.000 habitantes, bem como a presença de agricultores familiares, famílias assentadas e famílias de trabalhadores acampados^{iv} (BRASIL, 2003).

A estrutura organizacional dos territórios rurais é sustentada pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). O Colegiado representa um tipo de arranjo institucional, por meio do qual se pretende construir acordos em torno da implementação dos projetos de interesse do território, catalisando habilidades e competências dispersas num conjunto de organizações e agentes, públicos e privados, individuais e coletivos, e operar esses atributos colocando-os a serviço do território (BRASIL, 2005).

Ao Codeter cabe deliberar e propor ações para o desenvolvimento sustentável dos territórios, além de articular políticas públicas, realizar o planejamento das ações e definir os programas e projetos que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS). Este Plano se caracteriza por ser multidimensional – ambiental, político, institucional, sociocultural educacional e socioeconômico – e deve conter a visão de futuro do território, o diagnóstico qualificado da realidade territorial, os eixos de desenvolvimento, os programas, projetos, ações estratégicas e as formas de gestão^v (BRASIL, 2010).

Considerando, como buscamos apresentar ao longo do texto, que o Litoral Norte Gaúcho é uma região bastante diversa, composta tanto por uma população urbana residente,

quanto temporária – que usufrui do turismo litorâneo – mas também por uma população rural, formada por agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas, dentre outros, podemos inferir que não existe uma identidade representativa dos atores regionais, mais sim, várias^{vi}. Nesse sentido, parece-nos pertinente, sobretudo, considerando a elaboração do PTDRS do Litoral RS, e o conseqüente processo de desenvolvimento que se pretende promover, incentivar o fortalecimento dos laços fracos, tal como aponta Mark Granovetter.

5 A contribuição dos laços fracos para o desenvolvimento regional no território rural Litoral RS

O fortalecimento dos laços fracos nos parece um meio para fortalecer a gestão social e a governança territorial^{vii}, empoderando os atores territoriais no sentido de tornarem-se agentes mais ativos no planejamento do desenvolvimento regional e/ou territorial, na execução e acompanhamento dos projetos e ações que contribuem para tal finalidade.

Para tal, compreendemos o desenvolvimento regional na perspectiva apontada por Sergio Boisier, qual seja, um processo de mudança estrutural localizado no âmbito territorial da região, que se associa a um progresso desta região, da comunidade e de cada indivíduo que a compõe (BOISIER, 1995; BOISIER et al, 1996). No entanto, parece-nos pertinente abordar também um aspecto relativo a noção de desenvolvimento territorial, uma vez que o recorte regional que estamos abordando, parte de uma política cuja proposta apresenta uma perspectiva territorial. Nesse sentido, estamos nos referindo a um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, capaz de promover a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população (BOISIER, 1995; BOISIER et al, 1996; DALLABRIDA, 2010).

Frente ao protagonismo atribuído aos atores territoriais na escala regional, seja pelos teóricos do desenvolvimento, seja pelas políticas públicas de caráter territorial, parece-nos pertinente enfatizar a importância das redes sociais e dos laços fracos, em especial, para a promoção do desenvolvimento territorial.

A teoria das redes sociais permite que a relação entre agentes – em escalas diversas no espaço social e de mercado – seja estudada de maneira mais específica. Segundo Granovetter (1973), a análise dessas redes, por meio das relações de laços sociais, permite uma visibilidade mais ampla para unir os níveis micro e macro. Portanto, reconhecer a importância dos laços fracos resulta em uma análise pertinente da influência de um agente externo a um grupo ou indivíduo e, também, desse grupo, ou indivíduo, ao agente externo.

Os laços sociais são as interações dos indivíduos que podem ser classificados de acordo com sua “força de ligação”. Esta força resulta em laços fortes e laços fracos (GRANOVETTER, 1973).

Assim, pode-se caracterizar os laços fortes, enquanto contatos com maior intimidade entre um indivíduo e outro, podendo ser uma relação de amizade, por exemplo. Contudo, laços fortes não tendem a acrescentar em novidades, inovações e afins. As informações trocadas nesses laços se repetem devido ao contato mais rotineiro. Tal característica pode ser vista dentro das relações culturais, onde uma cultura, por ser indiferente a valores de outra, faz com que os laços fortes inerentes a quem pertença a essa determinada cultura sejam utilizados até seu esgotamento^{viii}. Poderíamos dizer, que na escala dos territórios constituídos a partir da política territorial, os laços fortes se referem àqueles estabelecidos no âmbito de grupos identitários, comunidades tradicionais, agricultores familiares, cooperativas, associações, etc.

Para além dos laços fortes, existem os laços fracos. São contatos mais periféricos com outros agentes externos ao grupo do indivíduo, relações que esse indivíduo não costuma cultivar. Esse laço facilita a possibilidade de inovações, amplia o conhecimento e a capacidade criativa para solucionar problemas ou, por exemplo, gerar futuros empreendimentos com a capacidade de uma atuação mais abrangente. Essas conexões sociais geram uma porosidade cultural e ideológica entre os grupos que assumem um contato mesmo que superficial. Todavia, os laços fracos não possuem intimidade ou relativo envolvimento emocional entre os indivíduos, podendo caracterizar assim apenas uma conexão para trocas pontuais e necessárias de informação. Mesmo com essa falta de intimidade, apenas com os laços fracos, significativas inovações e novidades podem ser trocadas entre grupos (PRATES, 2009).

A geração dos laços fracos pode se dar quando dois indivíduos (A e B), que possuem uma relação com um nível elevado de intimidade, aproximam indivíduos de outro grupo para sua rede social. Sendo assim, o indivíduo A aproxima um indivíduo C ao contato já citado de A e B gerando um laço fraco entre B e C (GRANOVETTER, 1973). Essa lógica de aproximação pode ser aplicada a qualquer vínculo que possa ser efetuado entre os contatos de ambos indivíduos do laço forte original, gerando assim uma rede de laços fracos aproximando os laços de A ao indivíduo B e os laços de B ao indivíduo A.

Para Granovetter (1973, p.1371), “[...] aqueles a quem somos fracamente ligados são mais propensos a se mover em círculos diferentes dos nossos próprios e terão acesso à informação diferente daquela que recebemos” e por esta razão “[...] são aqui vistos como

indispensáveis para as oportunidades dos indivíduos e sua integração em comunidades” (p.1378). O que está sendo difundido pode chegar a um número maior de pessoas, e percorrer uma distância social maior “[...] quando passa por laços fracos mais do que fortes” (1366).

Entendemos que o fortalecimento dos laços fracos pode se dar no âmbito do Colegiado Territorial. Em um espaço onde inicialmente havia apenas laços fortes, emerge um dispositivo, capaz de reunir atores que até aquele momento não estabeleciam relações entre si. Entende-se que o Colegiado Territorial, apesar de haver críticas e avanços serem necessários^{ix}, mostra-se enquanto um espaço profícuo de reflexão sobre o desenvolvimento territorial e implementação de ações, sobretudo em se tratando de um espaço tão diverso e que, a grosso modo, mostra-se tão homogêneo, uma vez em que, geralmente é associado ao turismo de veraneio. Ou seja, atores que antes não dispunham de espaço para expor suas demandas e para refletir sobre o seu desenvolvimento, tem a oportunidade de fazê-lo.

Nesse ponto, as contribuições de Geertz (2001) mostram-se pertinentes. O autor aponta que duas comunidades, com valores e interesses significativamente distintos, não tendem a interagir entre si sem que haja um elemento incentivador. A falta de interação pode se decorrente de nível de etnocentrismo – uma valorização pessoal que torna os agentes de uma comunidade A insensíveis a valores de outra comunidade B. Isso caracteriza uma falta de atração de valores que impede o potencial de troca de informações. Porém, o etnocentrismo, como preservação dos sistemas de valores, mantém ampla a diversidade social e cultural. Segundo Lévi-Strauss (1985) essa preservação faz com que os grupos busquem em si mesmos elementos para a renovação.

Contudo, essa autoproteção não significa que comunidades A e B, por exemplo, não possam interagir em determinado momento. Valorizar o próprio estilo de vida, produção e modo de pensar é o que mantém a diversidade dentro de um território. Portanto, é necessário que haja o contato sem sobreposição de um grupo ao outro. Assim, cria-se a possibilidade de inovações e fortalecimento dos atores, mantendo as singularidades dos agentes pertencentes ao território (GEERTZ, 2001).

Os laços fracos permitem que essa interação seja feita e fortalecida. Cria-se assim, a possibilidade de um desenvolvimento com base na valorização local por meio da dinamização de dimensões sócio-culturais, ambientais e econômicas, numa perspectiva *botom-up* e não *top-down*. Como afirma Leite (2009, p.31),

A criação dos territórios, em particular aqueles implantados no meio rural, colaborou para estabelecer as condições necessárias à instauração de um diálogo constante entre diferentes atores sociais locais que até então tradicionalmente não “se falavam”. Esse processo contribuiu para que os conflitos existentes entre os distintos atores que constituem o território fossem melhor “trabalhados”,

estimulando-os a implementarem ações conjuntas, em diálogo ou não com o Estado, orientadas para o desenvolvimento.

Como exemplo, para refletirmos sobre o poder dos laços fracos, ainda numa escala intra-território, podemos mencionar a produção de banana nos municípios de Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Mampituba e Torres. Neste caso há uma troca de experiências entre produtores o que levou ao crescimento da produção e aumento da qualidade do produto ao longo de 2015. A parceria estabelecida com a Emater gera encontros recorrentes para a troca de experiências em agroflorestas visando um desenvolvimento sustentável a partir dessa prática. O saber ecológico dos próprios produtores é a base dos sistemas agroflorestais e a sensibilidade ecológica dos agricultores geradas nesta iniciativa é um dos resultados principais (VIVAN, 2002).

Vivan (2002) exemplifica trazendo o caso de um produtor familiar de Dom Pedro de Alcântara, que possui uma significativa variedade de produtos para complementar a renda proveniente da banana. Sua propriedade diversificou-se a partir de trocas de informações e experiências em cursos e reuniões:

Os plantios de banana-prata e banana-maçã ocupam 4ha localizados em uma encosta com exposição norte-nordeste. Mamão, aipim, mudas de ornamentais e ervas condimentares/medicinais, produzidas pela esposa e filha, complementam a renda da banana. Os produtos são comercializados nas Feiras de Agricultores Ecologistas em Porto Alegre, RS (a 200 quilômetros da propriedade), e as ornamentais (somente as exóticas) também são oferecidas na Feira de Agricultores de Torres, RS (18 quilômetros da propriedade) (VIVAN, 2002, p. 19).

O fortalecimento de laços fracos entre esses produtores tem sido recorrente em eventos como os promovidos pela Emater/RS e pelo Codeter. Um desses eventos foi a *1ª Macro Oficina da Rede de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos do Sul (SAFAS)+ Rede Sul de Núcleos de Estudos de Agroecologia e Sistemas de Produção Orgânica (ReSNEA) de Integração Participativa das experiências Agroflorestais Agropecuárias no Sul do Brasil*, que aconteceu com o apoio de diversos atores em dezembro de 2015. Em ocasiões como essa, tem se construído a possibilidade de trocas e geração de laços fracos com populações tradicionais. Por terem uma logística diferenciada de repasse de conhecimento, como o caso dos povos indígenas, o contato entre as diversas comunidades, mediado por atores como os acima citados, facilita a troca de experiências sem imposições ou exigências.

O Codeter propõe agrupar e potencializar a organização das demandas e reivindicações locais dos diferentes atores sociais. O mesmo usa de ferramentas para organização de espaços de participação entre os agentes do território, como as Câmaras Temáticas. Uma das suas principais preocupações é para com os povos tradicionais da região. Há trocas constantes de experiências agroecológicas nas reuniões. Utilizando de um Portal

dos Projetos, o colegiado busca dinamizar o território através da aproximação das informações de fontes de recursos passíveis aos projetos.

Alguns povos tradicionais se articularam em cooperativas para seu desenvolvimento, como caso da Cooperativa dos Povos Tradicionais de Mostardas (Cooptram). A articulação entre esses povos é fundamental para a preservação cultural e desenvolvimento socioeconômico dos mesmos. Essa cooperativa tem focado nas participações em eventos como a Expointer, projetos de incentivos a produção do arroz orgânico, do feijão sopinha e do milho catete, os dois últimos contribuições de culturas africanas e indígenas respectivamente. Desse projeto fazem parte as comunidades quilombolas da Casca, a comunidade Teixeira e a dos Colodianos, assim como comunidades de pescadores artesanais. Esse tipo de projeto, como o da cooperativa citada, visa também a preservação da identidade local por meio não só de produtos, mas também da preservação da identidade cultural criada ao longo da sua história.

Os exemplos dados apontam a existência de laços fortes no território Litoral RS que, ao ampliarem suas relações podem caracterizar-se enquanto laços fortes e assim, tornar-se um meio para o desenvolvimento territorial.

6 Considerações Finais

Os exemplos apresentados ao longo deste trabalho demonstram um pouco da diversidade que marca o Litoral RS para além do turismo litorâneo de veraneio. Esta diversidade merece estudos mais amplos e aprofundados de modo que seja possível mapear toda sua diversidade – inclusive a ambiental – para fomentar potencialidades regionais, muitas vezes ocultas pela principal atividade econômica da região. Entendemos que o fortalecimento dos laços fracos, tal como aponta Granovetter (1973), representa um meio de se promover um processo de desenvolvimento territorial que gere qualidade de vida para a população de forma integral e não apenas para aqueles mais diretamente envolvidos no turismo de veraneio.

Consideramos que o Pronat, na medida em que cria institucionalidades como os Colegiados Territoriais, representa um avanço considerável ao ampliar a capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas (LEITE, 2009). No entanto, se por um lado os Colegiados permitem maior participação dos atores territoriais regionais, sobretudo os organizados, criando o fortalecendo laços fracos, permanecem desassistidos aqueles que se encontram desmobilizados e

desorganizados, que são normalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Este é um desafio a ser superado pela política.

Por outro lado, embora o Pronat se caracterize enquanto uma política territorial, esta pouco avança em superar o viés setorial, uma vez que foca basicamente no espaço rural. Por outro lado, dotar as pessoas de capacidades para levarem a vida que desejam, na perspectiva de Sen (1999), de modo que o processo de desenvolvimento territorial via Pronat não se restrinja à discussão sobre o destino dos recursos disponibilizados pela referida política, é outro desafio a ser superado.

Referências

AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. **Percorrendo os caminhos da modernização: técnica e tempo na construção social do Litoral Norte Gaúcho**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2006.

AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. Os primórdios da formação sócioespacial do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 32, n. 1, 2007.

AGUIAR, Marcos Daniel S. História Econômica, Modernização e Desenvolvimento: uma análise sobre as primeiras mudanças na região do Litoral Norte Gaúcho. **FEE**. 2008.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**. Nº 13 – junho de 1996.

BOISIER, Sergio et al. **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

BRASIL. **Perfil Territorial: Litoral RS**. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_229_Litoral%20-%20RS.pdf>. Acesso em nov/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial**. MDA/SDT, 2004, 33p. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/.../239-programa-nacional-de-desenvolvimento-...>>. Acesso em: jun/2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: IICA/Condraf/MDA/NEAD, 2003.

CARON, Patrick. Critérios para a delimitação de territórios. Trabalho apresentado no “**Seminário Desafios y Perspectivas del Desarrollo Regional en América Latina**”. Santiago de Chile: FAO, 2005.

COMISSÃO Pró-índio de São Paulo: Acesso em: <<http://www.cpis.org.br/comunidades/>>. Acesso em: dez/2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO et . al. **Políticas de**

Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, (Série Desenvolvimento Rural Sustentável), 2010, p.81-114.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em:<<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=15375#.VmTxsfkrLIV>>. Acesso em dez/2015.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em:<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=22362#.VmTx5_krLIV>. Acesso em dez/2015.

FAVARETO, Arilson da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial.** 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – São Paulo: Universidade de São Paulo: Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), São Paulo, 2006., 220p.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em:<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesse em: dez/2015

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GRANOVETTER, Mark S. The Strengthofweakties.American **Journal of Sociology**; v. 78, nº6. 1973.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-realiza-titulacao-de-quilombo-no-rs>. Acesso em dez/2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Acesso em:<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/comunidades-certificadas/comunidades_certificadas_08-06-15.pdf>. Acesso em dez/2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Acesso em:<<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/8259>>. Acesso em dez/2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Acesso em:<<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em dez/2015.

KAUFMAN, Dora. A Força dos Laços Fracos de Mark Granovetter no Ambiente do Ciberespaço. Galáxia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 23, 2012.

KRONEMBERGER, Thais Soares; GUEDES Cezar Augusto Miranda. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014

LEITE, Sérgio Pereira governança das políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil, 2009.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

OLIVEIRA, Carlos D.; PERAFÁN, Mireya E.; CONTERATO, Marcelo A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, Ano 3, n. 2, p. 154-175, out. 2013.

PERAFÁN, Mireya E. V. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia.** Brasília. 2007. Tese

(Doutorado sobre as Américas) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Mariana Barbosa de. **Urbanização e segregação socioespacial na região do litoral norte do Rio Grande do Sul**: uma análise da expansão e da (i) legalidade dos condomínios horizontais residenciais. Dissertação (mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional. 2013.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**: ensaios de gestão social. Ijuí: Unijuí, 2008. p.13-38.

VIVAN, Jorge Luiz. Bananicultura em sistemas agroflorestais no Litoral Norte do RS. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, p. 1-20, 2002.

ⁱ Trabalho relacionado a atividades de pesquisa do Projeto *Fortalecimento da pesca artesanal cooperativa e de empreendimentos de economia solidária na cadeia produtiva do peixe em Imbé e Tramandai/RS*, financiado pelo CNPq (Chamada CNPq SETEC/MEC Nº 17/2014 – Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica) e do Projeto de Pesquisa *Gestão social e governança territorial nos colegiados territoriais: uma análise comparativa em territórios rurais e territórios da cidadania nos Estados do Rio Grande do Sul Santa Catarina e Paraná* financiado pelo CNPq (Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 14/2014).

ⁱⁱ Prelazia refere-se à jurisdição do Prelado. Já o Prelado consiste na autoridade eclesiástica com a função de governar a Prelazia.

ⁱⁱⁱ Embora a regionalização dos territórios rurais e dos Coredes não seja exatamente a mesma (o território possui três municípios a mais, quais sejam, Riozinho, Santo Antonio da Patrulha e Tavares) é possível reconhecer semelhante dinâmica regional em ambas.

^{iv} Aos critérios mencionados, foi acrescentado outro que se refere à presença da agricultura familiar. Se um território tiver um percentual superior a 50% de estabelecimentos da agricultura familiar, ele pode ser incorporado ao Programa, mesmo que ultrapasse os 80 habitantes por km². A esse respeito ver: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/mais-74-territorios-rurais-sao-incluidos-em-programa-de-desenvolvimento>>.

^v Com base nestes critérios há atualmente 242 territórios rurais identificados, sendo que 164 são apoiados pelo Pronat. Destes, 93 aprovaram seus planos e outros 71 estão em processo de elaboração e qualificação (SDT, 2010).

^{vi} Há uma crítica sobre a política territorial, que inclui a brasileira, que aponta para uma dissonância entre a abordagem prática/instrumentalista das políticas públicas e a abordagem analítico-cognitiva da academia no que se refere à perspectiva territorial do desenvolvimento. Haveria, portanto territórios decretados (politicamente) e ; territórios construídos (socialmente). A esse respeito ver: Perafán, 2007; Carón, 2005; Schneider; Tartaruga, 2004; Sabourin, 2002;

^{vii} A esse respeito ver Tenório (2008).

^{viii} Segundo Lévi-Strauss (1985, apud GEERTZ, 2001, p. 71), a comunicação total com o outro pode significar a destruição da capacidade criativa de ambos. Segundo o mesmo autor, tal relação não é necessariamente ruim, desde que ela não fuja do controle. Esses laços fortes apontam significativamente as características pessoais de um indivíduo.

^{ix} A esse respeito ver Kronemberger e Guedes, 2014; Oliveira, Perafán e Conterato (2013); Leite (2009).